

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.553 - MG (2019/0127140-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **FERNANDO VIDAL DE CARVALHO**
RECORRENTE : **LUCY ALBUQUERQUE LINHARES DE CARVALHO**
RECORRENTE : **FRANCISCO LINHARES DE CARVALHO**
RECORRENTE : **ANA MARIA LINHARES DE CARVALHO E CASTRO**
RECORRENTE : **ADELAIDE LINHARES DE CARVALHO CARIM**
RECORRENTE : **MARIA DE FATIMA LINHARES DE CARVALHO MELLO**
ADVOGADOS : **WELLINGTON CLAYTON QUEIROZ DE CASTRO - MG054431**
: **RODRIGO CASTRO DE OLIVEIRA - MG111458**
RECORRENTE : **CONSÓRCIO CANDONGA**
ADVOGADOS : **RICARDO CARNEIRO - MG062391**
: **BRUNO DANTAS GAIA - MG138930**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CONSÓRCIO CANDONGA contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 725):

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL - DECISÃO MONOCRÁTICA - INTEMPESTIVIDADE DOS RECURSOS - LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA TERMO INICIAL - NÃO CONHECIMENTO DOS RECURSOS. A publicação da sentença em cartório é o termo inicial para apresentação de recurso cabível, ainda que os advogados das partes não tenham sido intimados da referida decisão. Portanto, para fins de requisitos do recurso e contagem dos prazos recursais, é aplicável a legislação em vigor na data da publicação da sentença em cartório, e não a data da intimação dos advogados pelo Diário Oficial. Cuida-se de assunto relacionado ao direito intertemporal, como bem reconhecido nos Enunciados 04 e 54 do TJMG.

V.v. AGRAVO INTERNO - RECURSO DE APELAÇÃO - TEMPESTIVIDADE - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - DECISÃO - DESCONSTITUIÇÃO.

Certificada a tempestividade do recurso de apelação, em que a contagem do prazo recursal se subordina ao disposto na Lei nº 13.015, de 16/03/2015, em vigor a partir de 18/03/2016, a desconstituição da decisão de negativa de seguimento por intempestividade é de rigor, para que o recurso seja conhecido e julgamento ocorra conforme livre convencimento motivado.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 807/823), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente afirma violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, considerando que houve omissão em relação à aplicação do CPC/2015 ao caso em julgamento.

Alega ofensa aos arts. 14, 219, 224, § 3º, 231, VII, e 1.003, §§ 4º e 5º, e 1.046 do CPC/2015, pois é tempestiva a apelação, contando-se o seu prazo a partir da publicação da sentença, o que ocorreu quando vigente o CPC/2015.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 862/867).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo.

Desse modo, não assiste razão à parte recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos nos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973.

Além do mais, não há nulidade no acórdão recorrido, o qual possui fundamentação suficiente à exata compreensão das questões apreciadas.

Segundo entendimento pacífico, "consoante Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões **publicadas** a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'" (AgInt no AREsp n. 1.082.715/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019 – grifei).

Sob esse aspecto, "o Plenário do STJ, na sessão do dia 9/3/2016, estabeleceu que, quanto aos recursos, a lei aplicável é aquela vigente na data da **publicação** da decisão impugnada, porque, apenas nesse instante, o sucumbente passa a ter ciência exata dos fundamentos da decisão que pretende combater" (grifei). Assim, "publicada a decisão antes de 18/3/2016 - início da vigência da Lei n. 13.105/2015 -, aplica-se a regra do Código de Processo Civil de 1973; no dia 18/3/2016 ou posteriormente, incide a determinação do Código de Processo Civil de 2015" (REsp n. 1.733.784/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019).

No caso, a sentença foi publicada em 18/3/2016 (e-STJ fl. 521), quando em vigor o CPC/2015, devendo o prazo da apelação ser contado de acordo com seus regramentos.

Entretanto, a apelação foi protocolizada em 15/4/2016, fora do prazo legal, sem que a parte interessada comprovasse a existência de feriados locais.

Quanto ao tema, o entendimento desta Corte é pacífico:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTENESTIVO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL ESTADUAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL, POR DOCUMENTO IDÔNEO, QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, DO NCPC. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. QUARTA-FEIRA E QUINTA-FEIRA QUE ANTECEDEM A SEXTA-FEIRA DA PAIXÃO. INOCORRÊNCIA DE FERIADO NACIONAL. CÓPIA DE

CALENDÁRIO. NÃO SERVE PARA DEMONSTRAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O recurso especial foi protocolado na vigência do NCPC, atraindo a aplicabilidade do art. 1.003, § 6º, do NCPC, que não mais permite a comprovação da ocorrência de feriado local em momento posterior, já que estabeleceu ser necessária a demonstração quando interposto o recurso. Entendimento da Corte Especial.

3. Como a quarta-feira e a quinta-feira que antecedem a Sexta-Feira da Paixão não são considerados feriados nacionais, nos termos do art. 1º das Leis nºs 662/1949 e 5.010/1966, eles não se aplicam à Justiça comum estadual.

4. A jurisprudência do STJ entende que cópia de calendário editado pelo Tribunal de origem não é hábil a ensejar a comprovação da existência de feriado local, pois é necessária a juntada de cópia de lei ou de ato administrativo exarado pela Corte a quo, comprovando a ausência de expediente forense na data em questão, o que, no caso, não ocorreu.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.458.762/AM, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 21/8/2019.)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL NÃO COMPROVADO.

1. Tendo em conta o caráter manifestamente infringente, e em face do princípio da fungibilidade recursal, são os presentes embargos de declaração recebidos como agravo regimental.

2. A Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento do AREsp 137.141/SE, Relator Ministro Antônio Carlos Ferreira, seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal, modificou sua jurisprudência para admitir a comprovação de feriado local ou suspensão dos prazos processuais não certificada nos autos quando da interposição do agravo regimental.

3. A quarta-feira que antecede a Sexta-Feira da Paixão não é feriado nacional, nos termos do art. 1º da Lei nº 662/49. Ademais, a Lei nº 5.010/66 somente estabelece os feriados na Justiça Federal, inclusive nos Tribunais Superiores (art. 62), estando o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais fora das regras estabelecidas pelo referido diploma legal.

4. No caso concreto, a parte agravante, ao alegar equivocadamente a existência de feriado nacional, deixou de comprovar a ocorrência de feriado local.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(EDcl no AgRg no AREsp n. 542.206/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 30/6/2015.)

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator